



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA - AMÉRICA LATINA

**MARABAIXO EM TRANSFORMAÇÃO:
HISTÓRIA, MEMÓRIAS E A RECENTE PATRIMONIALIZAÇÃO**

DANIELLE LEITE NASCIMENTO

Foz do Iguaçu
2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA - AMÉRICA LATINA

**MARABAIXO EM TRANSFORMAÇÃO:
HISTÓRIA, MEMÓRIAS E A RECENTE PATRIMONIALIZAÇÃO**

DANIELLE LEITE NASCIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História - América Latina

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Rita Uhle

Foz do Iguaçu
2024

DANIELLE LEITE NASCIMENTO

MARABAIXO EM TRANSFORMAÇÃO:
HISTÓRIA, MEMÓRIAS E A RECENTE PATRIMONIALIZAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História - América Latina

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Ana Rita Uhle
UNILA

Prof. (Doutor) Evander Ruthieri Saturno da Silva
(UNILA)

Prof. (Doutora) (Rosangela de Jesus Silva)
(UNILA)

Foz do Iguaçu, 26 abril de 2024

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo da autora: DANIELLE LEITE NASCIMENTO

Curso: BACHARELADO EM HISTÓRIA - AMÉRICA LATINA

	tipo de Documento
(X) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(X) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: MARABAIXO EM TRANSFORMAÇÃO: HISTÓRIA, MEMÓRIAS E A RECENTE

Nome da orientadora: PROFA. DRA. ANA RITA UHLE

Data da Defesa: 26/04/2024

Licença não-exclusiva de Distribuição

A referido autora:

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública [Creative Commons Licença 3.0 Unported](#).

Foz do Iguaçu, 26 de abril de 2024

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho a minha avó Dulcineia Américo de Souza Leite, por apagarem parte da sua história.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a realização deste trabalho. Em primeiro lugar, expresso minha gratidão às comunidades do Amapá que compartilharam seus conhecimentos, histórias e experiências em relação ao Marabaixo.

Minha família e amigos merecem um agradecimento especial por seu apoio e encorajamento ao longo deste percurso acadêmico. Suas palavras de incentivo e compreensão foram fontes de motivação constante.

Quero agradecer a minha orientadora, Ana Rita Uhle, pela orientação e apoio que moldaram este trabalho.

Agradeço também a todos os autores, pesquisadores e fontes que consultei ao longo deste trabalho, pois suas contribuições enriqueceram minha compreensão do assunto.

Por fim, dedico um agradecimento de coração à UNILA, que proporcionou o ambiente propício para o desenvolvimento deste estudo.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho, meu mais profundo obrigado.

Um exemplo extremo de desarraigamento e transplantação é o caso dos escravos negros transportados para o novo mundo. Apesar desse desarraigamento, eles conseguiram agarrar-se a parte de sua cultura, a parte de suas memórias, e reconstruí-las no solo americano.

Peter Burke

RESUMO

O Marabaixo, uma manifestação cultural afro-amapaense que combina elementos religiosos e festivos, é reconhecido como patrimônio cultural do Brasil. Esta conquista reflete um processo de longa data, marcado por desafios e transformações. Ao explorar sua história, podemos perceber como o Marabaixo se tornou parte integrante da identidade do Amapá e o papel central que desempenha na construção e afirmação da identidade cultural negra brasileira. O estudo se baseia em reflexões de acadêmicos como José Reginaldo dos Santos Gonçalves e François Hartog, que analisam o papel do patrimônio na sociedade contemporânea. Gonçalves argumenta que o patrimônio não deve ser visto apenas como uma tentativa de “descobrir, defender e preservar” identidades existentes, mas que essa noção já enraizada, necessita ser problematizada (GONÇALVES, 2015) e Hartog aponta que os patrimônios são percebidos como sintomas de nossas experiências com o tempo. Trazendo esses dois olhares para a temática do patrimônio, tenho em vista refletir quais aspectos estão presentes no caso do Marabaixo, no reconhecimento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A relação do Marabaixo com o tempo é um elemento crucial na preservação dessa tradição. Os praticantes mais antigos expressam o desejo de transmitir seus conhecimentos às gerações mais jovens, garantindo a continuidade da prática. Eles não buscam apenas reproduzir o passado, mas sim criar novas gerações de “ladroes” e “cantadores” que honrem a memória de seus antepassados. A preocupação com a passagem do tempo e o envelhecimento dos praticantes é evidente. O medo do esquecimento e a importância da memória estão no cerne da tradição do Marabaixo. À medida que os praticantes mais antigos falecem, seus descendentes sentem a responsabilidade de continuar o legado, preservando a memória daqueles que deram vida ao Marabaixo. O Marabaixo é uma prática viva que existe em meio à coexistência de diferentes detentores ao longo do tempo. Essa constante transformação e renovação fazem parte de sua essência. O ciclo de renovação presente no Marabaixo destaca que as tradições culturais podem se adaptar e evoluir, mantendo-se relevantes para as gerações futuras. O patrimônio cultural não é algo estático, mas uma entidade em constante mudança. As práticas culturais não apenas resistem à passagem do tempo, mas também se reinventam para atender às necessidades e desejos das comunidades que as mantêm vivas. Em resumo, o estudo do Marabaixo ilustra como o patrimônio cultural desempenha um papel essencial na construção da identidade, na preservação da memória e na renovação das tradições. A luta pela preservação do Marabaixo é um esforço coletivo que reflete a grande importância das práticas culturais na sociedade contemporânea. O Marabaixo é muito mais do que uma tradição do passado; é uma tradição viva e dinâmica que continuará a enriquecer a cultura brasileira.

Palavras-chave: Marabaixo; Patrimônio Cultural; Identidade; Memória.

RESUMEN

El Marabaixo, una manifestación cultural afro-amapaense que combina elementos religiosos y festivos, es reconocido como patrimonio cultural de Brasil. Este logro refleja un proceso de larga data, marcado por desafíos y transformaciones. Al explorar su historia, podemos percibir cómo el Marabaixo se ha convertido en una parte integral de la identidad de Amapá y el papel central que desempeña en la construcción y afirmación de la identidad cultural negra brasileña. El estudio se basa en reflexiones de académicos como José Reginaldo dos Santos Gonçalves y François Hartog, quienes analizan el papel del patrimonio en la sociedad contemporánea. Estos autores argumentan que el patrimonio no debe ser visto solo como un intento de "descubrir, defender y preservar" identidades existentes, sino como un medio para lograr reconocimiento social y político. En el caso del Marabaixo, el reconocimiento por parte del Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (IPHAN) sirvió como una herramienta para obtener apoyo y preservar sus prácticas culturales. La relación del Marabaixo con el tiempo es un elemento crucial en la preservación de esta tradición. Los practicantes más antiguos expresan el deseo de transmitir sus conocimientos a las generaciones más jóvenes, asegurando la continuidad de la práctica. No buscan solo reproducir el pasado, sino crear nuevas generaciones de "ladrones" y "cantadores" que honren la memoria de sus antepasados. La preocupación por el paso del tiempo y el envejecimiento de los practicantes es evidente. El temor al olvido y la importancia de la memoria están en el centro de la tradición del Marabaixo. A medida que los practicantes más antiguos fallecen, sus descendientes sienten la responsabilidad de continuar el legado, preservando la memoria de aquellos que dieron vida al Marabaixo. El Marabaixo es una práctica viva que existe en medio de la coexistencia de diferentes portadores a lo largo del tiempo. Esta constante transformación y renovación son parte de su esencia. El ciclo de renovación presente en el Marabaixo destaca que las tradiciones culturales pueden adaptarse y evolucionar, manteniéndose relevantes para las generaciones futuras. El patrimonio cultural no es algo estático, sino una entidad en constante cambio. Las prácticas culturales no solo resisten al paso del tiempo, sino que también se reinventan para satisfacer las necesidades y deseos de las comunidades que las mantienen vivas. En resumen, el estudio del Marabaixo ilustra cómo el patrimonio cultural desempeña un papel esencial en la construcción de la identidad, la preservación de la memoria y la renovación de las tradiciones. La lucha por la preservación del Marabaixo es un esfuerzo colectivo que refleja la gran importancia de las prácticas culturales en la sociedad contemporánea. El Marabaixo es mucho más que una tradición del pasado; es una tradición viva y dinámica que continuará enriqueciendo la cultura brasileña.

Palabras clave: Marabaixo; Patrimonio Cultural; Identidad; Memoria.

ABSTRACT

Marabaixo, an Afro-Amapaense cultural expression that combines religious and festive elements, is recognized as a cultural heritage of Brazil. This achievement reflects a long-standing process marked by challenges and transformations. By exploring its history, we can understand how Marabaixo has become an integral part of Amapá's identity and the central role it plays in the construction and affirmation of Brazil's black cultural identity. The study is based on insights from scholars such as José Reginaldo dos Santos Gonçalves and François Hartog, who analyze the role of heritage in contemporary society. These authors argue that heritage should not be seen only as an attempt to "discover, defend, and preserve" existing identities, but as a means to gain social and political recognition. In the case of Marabaixo, recognition by the National Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAN) served as a tool to garner support and preserve its cultural practices. Marabaixo's relationship with time is a crucial element in preserving this tradition. The older practitioners express a desire to pass on their knowledge to younger generations, ensuring the continuity of the practice. They aim not only to reproduce the past but to create new generations of "ladrões" and "cantadores" who honor the memory of their ancestors. Concern about the passage of time and the aging of practitioners is evident. The fear of forgetting and the importance of memory are at the core of the Marabaixo tradition. As the older practitioners pass away, their descendants feel the responsibility to carry on the legacy, preserving the memory of those who brought Marabaixo to life. Marabaixo is a living practice that exists amid the coexistence of different bearers over time. This constant transformation and renewal are part of its essence. The cycle of renewal present in Marabaixo underscores that cultural traditions can adapt and evolve, remaining relevant for future generations. Cultural heritage is not something static but a constantly changing entity. Cultural practices not only withstand the passage of time but also reinvent themselves to meet the needs and desires of the communities that keep them alive. In summary, the study of Marabaixo illustrates how cultural heritage plays an essential role in identity construction, memory preservation, and the renewal of traditions. The struggle for Marabaixo preservation is a collective effort that reflects the significant importance of cultural practices in contemporary society. Marabaixo is much more than a tradition of the past; it is a living and dynamic tradition that will continue to enrich Brazilian culture.

Keywords: Marabaixo; Cultural Heritage; Identity; Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Itinerário do tráfico de escravos da Costa Ocidental da África para a Amazônia Colonial (1732–1807)	20
Figura 2 – Trecho da matéria sobre o dia do marabaixo com a pesquisadora Célia Souza	35

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Fortaleza de São José de Macapá	18
Fotografia 2: Josefa Pereira, que em 2024 completou 108 anos	21
Fotografia 3: Raimundo Ladislau e Julião Ramos (1948)	27
Fotografia 4: Dança do Marabaixo na Vila de Curiaú em Macapá - AP	28
Fotografia 5: Macapá 1908 Frente de Macapá ao fundo a fortaleza de São José.	28
Fotografia 6: Mulheres quilombolas no Curiaú	29
Fotografia 7: Marabaixeiros comemorando na fortaleza de São José	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CRESPIAL	Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da América Latina
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PCI	Patrimônio Cultural Imaterial
PNPI	Programa Nacional de Patrimônio Imaterial
SPHAN	Serviço Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 A PRESENÇA AFRO NA AMAZÔNIA.....	18
3 A HISTÓRIA CANTADA.....	23
4 O PATRIMÔNIO IMATERIAL NO BRASIL E O RECONHECIMENTO DO MARABAIXO.....	29
5 O MARABAIXO NO TEMPO PRESENTE, NOTÍCIAS NOS MEIOS DIGITAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

O Marabaixo, manifestação cultural afro-amapaense, entrelaça dança, poesia, música e a arte da confecção de instrumentos musicais. Mais que uma expressão artística, é um testemunho da diáspora africana na Amazônia e um símbolo de resistência. Essa manifestação cultural despertou a curiosidade nesta jovem pesquisadora desde a infância, quando apresentações nas escolas a conectavam com as raízes culturais do Amapá. Crescer na Amazônia me despertou a curiosidade para fenômenos sociais observados naquele espaço, dentre os quais destaco o apagamento histórico sofridos por muitas famílias, que desconhecem suas origens. Por outro lado, pude observar na comunidade do Marabaixo uma consciência histórica sobre os seus antepassados, reafirmada pela tradição cultural, e da qual fizeram objeto de luta que me provocou profunda curiosidade.

A escassez de estudos acadêmicos sobre o Marabaixo, especialmente sobre sua recente patrimonialização, motivou-me a investigar essa temática. O objetivo é fortalecer o debate sobre o Marabaixo e a presença afro-brasileira na Amazônia, contribuindo assim com um olhar sobre a diáspora africana no Brasil, que, muitas vezes, centraliza-se nas grandes cidades.

A pesquisa se concentra em três períodos marcantes na história do Marabaixo:

1. Diáspora africana para o Amapá (século XVII): O estudo se baseia no dossiê do IPHAN para entender as migrações forçadas e o contexto histórico da época.
2. Reforma urbana de Macapá (1942): A pesquisa examina as motivações para a remoção dos moradores do centro da cidade durante o governo de Janari Gentil Nunes (1943–1955).
3. Patrimonialização do Marabaixo (2018): A análise contempla as características do reconhecimento como patrimônio imaterial e as repercussões na mídia.

Em um primeiro momento abordarei o fluxo migratório diaspórico para a região amazônica brasileira, entender quais os momentos e em que circunstâncias esta população oriunda da África chegou ao Amapá. Abordaremos o início desse

fluxo migratório, e trataremos como fonte, o dossiê do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que apresenta dados deste processo

Ainda neste capítulo busco apresentar as razões que levaram à retirada dos moradores do centro da cidade de Macapá durante a reforma urbana realizada no governo de Janari Gentil Nunes (1943–1955). Por fim, tratarei sobre as políticas de patrimônio imaterial no Brasil, e as características do reconhecimento do Marabaixo como patrimônio cultural em 2018, bem como entrevistas concedidas pelos marabaixeiros após o reconhecimento, disponíveis em *sites* jornalísticos.

As raízes do Marabaixo estão intrinsecamente ligadas à história de escravidão dos antepassados dos seus praticantes. Originou-se das duras travessias e migrações forçadas, tornando-se uma expressão única que reverencia o passado, conforme destaca Videira (2008), o Marabaixo é mais do que uma simples dança afro, é uma forma de arte dramática e religiosa que incorpora uma reverência aos antepassados em cada gesto e movimento.

Na dança do Marabaixo, a ancestralidade assume o papel central, sendo constantemente evidenciada. Os movimentos da dança, objetivam fazer uma reencenação dos escravizados enquanto estavam acorrentados, celebrando a força e a perseverança dos seus ancestrais. Reinterpretando, assim, a história que pretendem contar de si, dos seus antepassados e seus descendentes. O Marabaixo na sua essência é o empenho pela memória de um povo, que tem em vista fazer o seu próprio registro, a fim de não ser esquecido.

A dança do Marabaixo é um patrimônio cultural do estado do Amapá, sendo uma manifestação cultural de influência africana. Os cantos, ou melhor, os ladrões de Marabaixo são versos improvisados que no primeiro momento relembavam a saga dos navios negreiros na travessia do Oceano Atlântico. Os passos de Marabaixo são compassados e representam os negros escravizados arrastando as correntes e bolas de ferro para simbolizar o sofrimento, a dor e o desalento da escravidão. (Célia Souza da Costa, 2019).

Dentre os conceitos que considero essenciais para refletir o marabaixo, destaco os de memória, identidade e patrimônio. A temática da memória será observada através das contribuições de Burke (2000), que aborda a memória social e memória e lugar, em seu trabalho variedades da história cultural. A identidade, que no livro dos conceitos históricos de é apresentada como um dos conceitos mais importantes da nossa época, neste trabalho será interpretada através

da perspectiva de Stuart Hall que discute sobre identidade, considerando elementos essenciais para estudar essa temática como, raça, etnia, colonialismo e pós-colonialismo (Maciel e Silva, 2006). O patrimônio, enquanto conceito, será observado através do discurso presente nos documentos do IPHAN e UNESCO, por determinarem o próprio conceito de patrimônio cultural imaterial, no qual o Marabaixo se enquadra, em contraponto, para discutir algumas problemáticas que envolvem a temática do patrimônio, terei como referência o sociólogo José Reginaldo Gonçalves.

Através desta pesquisa, nota-se que a história do Marabaixo se perpetua ao longo das gerações, tendo uma forte presença da tradição oral. Em entrevistas públicas e documentários, é possível encontrar relatos diversos sobre seus membros e sua tradição, como o documentário ladrões do marabaixo, que traz relatos de membros contando a história de seus anciões, a criação das letras denominadas “ladrão”, e sobretudo abordando as preocupações de uma tradição viva. As fontes acima citadas serão utilizadas como uma forma de estar mais próximo de seus praticantes, dada a dificuldade de uma aproximação geográfica para uma abordagem voltada para a história oral. Essas narrativas, fortemente enraizadas na comunidade do Marabaixo, evidenciam eventos históricos relevantes na trajetória da comunidade afrodescendente no Amapá.

As narrativas transmitidas oralmente na cultura do Marabaixo oferecem uma oportunidade significativa para investigar elementos importantes dessa tradição. Cada narrativa oral contribui para uma construção da memória da história viva do Marabaixo, enriquecendo a compreensão e a conexão com essa expressão cultural.

O objetivo geral deste trabalho é ilustrar como os integrantes do marabaixo, ao longo de suas trajetórias, foram reescrevendo sua própria história na prática de sua tradição, transformando as condições que lhes foram impostas, em versos poetizados e dança. Os objetivos específicos incluem destacar a migração de escravos para a Amazônia e suas influências na tradição do Marabaixo; Analisar as letras do “ladrão” e suas inspirações; descrever o processo de patrimonialização do Marabaixo; Examinar como as questões de “perda e destruição” se relacionam com o Marabaixo; Investigar as reivindicações do coletivo após a patrimonialização.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos, sendo o primeiro destinado à introdução, na qual é feita a contextualização do tema, e apresentado os objetivos. O segundo capítulo aborda a presença afro na Amazônia, o terceiro explora

a história cantada do Marabaixo. O quarto capítulo relata o histórico sobre as políticas de patrimônio imaterial no Brasil, assim como o reconhecimento do Marabaixo, buscando evidenciar quais aspectos estão presentes nesta etapa de transformação para patrimônio imaterial reconhecido. Por último, no quinto capítulo, apresento uma pesquisa em jornais locais, com matérias sobre o Marabaixo após o processo de patrimonialização.

O Marabaixo é a materialização de uma herança ancestral e um testemunho da resiliência dos afros amapaenses. A pesquisa tem em vista contribuir para a compreensão dessa tradição.

2 A PRESENÇA AFRO NA AMAZÔNIA

Pesquisar o Marabaixo, exige inicialmente uma jornada para a história da diáspora da população negra em direção ao estado do Amapá, situado no extremo norte do Brasil, que se configura em ponto de partida crucial para entender a trajetória e a história desta cultura.. Os longos períodos de colonização das Américas, marcados pela violência do sistema escravista , reverbera de forma contínua na historiografia e representa um capítulo sombrio em nossa história enquanto sociedade, que ainda ecoa atualmente. A migração forçada dos primeiros africanos escravizados para a Amazônia iniciou-se no século XVII, intensificando-se durante o século XVIII. Diversos motivos, como a isenção de metade dos impostos na aquisição de escravos e a busca por mão de obra escrava para atender interesses específicos, contribuíram para a presença afrodescendente na Amazônia colonial.

Conforme consta no dossiê do Iphan que trata do Marabaixo, Bezerra (2012) aponta o ano de 1662 como marco para a entrada das primeiras populações africanas escravizadas na Amazônia colonial, quando uma provisão régia¹ determinou a isenção de metade dos impostos sobre escravos importados de Angola e desembarcados no Maranhão e Pará.

¹ Provisão ou carta Régia: Documento que, assinado pelo rei, seguia para uma autoridade sem a aprovação da chancelaria, ministério das relações exteriores, com indicações permanentes. DICIO, Dicionário Online de Português, 2020.

Além disso, Vergolino e Figueiredo (1990) oferecem registros que datam da primeira metade do século XVIII, fornecendo percepções sobre rotas do mercado escravista, mapas das possíveis origens das populações africanas trazidas para várias localidades da Capitania do Grão-Pará, e evidências das comunicações entre colônia e metrópole acerca da entrada de escravos em Vilas como Macapá, Mazagão e Vistoza.

Esses registros desempenham um papel fundamental ao detalhar as rotas do comércio escravagista nesta região. A construção da Fortaleza de São José de Macapá, iniciada em 1774 e concluída após cerca de 18 anos, é considerada um marco significativo da chegada de escravizados ao Amapá.. A construção da fortaleza, que contou predominantemente com mão de obra escrava e indígena, marca um ponto crucial na história da região.

Fotografia 1: Fortaleza de São José de Macapá



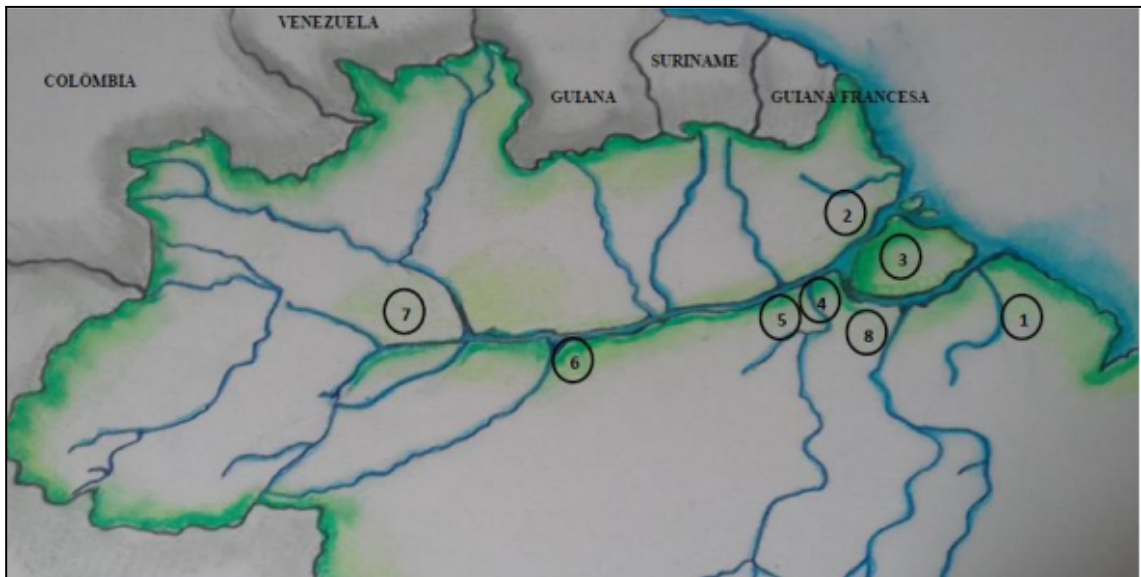
Fonte:Secom/GEA

A Figura 1 apresenta o mapeamento dos Mocambos na Amazônia Colonial (1732 – 1807), destacando as seguintes referências geográficas:

1. Acará
2. Amapá - Rios Uanapa, Peru, Flexal e Araguari
3. Ilha do Marajó - Rios Anajás e Macacos
4. Oeiras

5. Portel
6. Tapajós/Santarém
7. Rio Negro
8. Rio Tocantins

Figura 1 – Itinerário do tráfico de escravos da Costa Ocidental da África para a Amazônia Colonial (1732-1807).



Fonte: FIGUEIREDO E VERGOLINO, 1990.

A figura acima, aponta onde estavam localizados, no período colonial, os primeiros mocambos, ou seja, lugar de refúgio dos escravos que procuravam se libertar do trabalho exaustivo que a eles era imposto naquele momento.

Ainda segundo dados apresentados pelo dossiê:

Outra forma de introdução de populações negras no Amapá, também em fins do século dezoito, ocorreu por ocasião da transferência dos portugueses da Praça da Mazagão Africana, no Marrocos, fazendo os abandonar não somente seus bens imóveis, mas sobretudo todas as suas afetividades criadas naquele torrão, obrigando-os a ocupar um lugar desconhecido e, para muitos inóspito, em terras amazônicas. Tratava-se da localidade de Nova Mazagão, para onde, em 1771 aconteceu o embarque das famílias portuguesas, algumas delas acompanhadas por seus escravos, que naquela região acabaram se fixando. (Iphan, 2013)

A compreensão do período e razões por trás dessas migrações forçadas é essencial para reconhecer os primórdios da presença afrodescendente na

Amazônia, bem como as trajetórias de luta, resistência e criatividade que delas emergiram.

A seguir, extraído do dossiê do Iphan, há um relato que não apenas aborda uma das versões da história dessa travessia, mas também lança luz sobre a origem do nome "Marabaixo" para esta manifestação:

O Marabaixo lá na África começou sendo um coco, era um coco. Aí aquelas velhas, aquelas escravas que tinham uma sinhá boa, teve lá um português, com a esposa dele, formaram um coco. Pegaram a casa de uma lá, batiam o terreiro de chão, ficava que nem um piso, mas era um chão. Aí elas dançavam o coco, tocavam, tinham os tocadores do coco, elas vestiam aquelas roupas e dançavam, aí quando aquelas outras que estavam na senzala ouviam aquele baque, porque o Marabaixo bem tocado, ele te convida pra ir lá, tu quer ir lá. Aí as outras iam lá, pulavam a cerca da senzala, fugiam pra ir pro Curro. Aí depois que as ex-escravas sabiam, a sinhá sabia, que elas tinham pulado o muro, colocavam elas no tronco, com corrente nos braços, no pescoço. Aqueles colares que nós usamos representam estas correntes, pulseiras, aí elas iam pro tronco apanhar. [...] Formou o Mazagão, os Portugueses vieram para o Amazônia, muitos portugueses aqui pro Mazagão, aí eles mandavam lá na África comprar escravos pra eles. [...] Aí já não tinha quase escravo pra comprar, daí este senhor do coco, vendeu todos, as sás. [...] Ele chamou todas as sás e vendeu, e tinha um negro que tocava a zanga [...], ele mandou chamar o negro [...] pegaram ele e embarcaram ele obrigado [...], botaram pra dentro do navio, e saíram e vieram embora. [...] Quando entraram no norte, o velho morreu, fraco, lá emburrado. [...] Aí, eles vieram pro norte, o velho fedendo, morreu há mais de 3 dias lá, aí a mesma senhora que era dona do grupo, reuniu o grupo e disse: o fulano vai nos fazer mal, o mar é bento, é sagrado, vamos jogar ele no mar. Aí todo mundo rezou pra eles e jogaram ele no mar, aí ele foi descendo, no marabaixo .A sinhá deu licença e fez um coco, em homenagem a ele. E ela disse que a dança agora, não ia ter mais o nome de coco, mas de Marabaixo. (Josefa Pereira Lau. INRC Marabaixo.(Iphan, 2013).

Fotografia 2: Josefa Pereira, que em 2024 completou 108 anos



Fonte: Fabiana Figueiredo (2016)

Outra versão amplamente disseminada sobre a origem do nome encontra-se entrelaçada na narrativa de origem afro muçulmana, onde segundo essa versão, o termo marabaixo teria origem no idioma árabe, especificamente no termo “marabá”, que era um título dado a entidades culturais e religiosas, o sufixo “ixo” seria uma referência ao som produzido pelos tambores utilizados nas danças afro-brasileiras.

Origem indígena: essa versão sugere que o nome “marabaixo” ou “marabá ku” que significaram “reunião” ou “encontro festivo”.

Origem histórica: há também uma versão que relaciona o nome marabaixo à cidade de Macapá, segundo essa versão, durante a construção da cidade, teriam sido escavadas valas na região onde posteriormente foram encontrados artefatos indígenas, esses artefatos teriam sido chamados de marabaixo, e a palavra teria sido adaptada posteriormente para designar a manifestação cultural.

Nas narrativas das comunidades tradicionais do Marabaixo, o discurso da ancestralidade emerge como um fio condutor, reverenciando os primeiros habitantes negros, trazidos para as terras amapaenses. Reviver essas trajetórias marcadas por sofrimento durante essa dolorosa travessia é de suma importância para eles, ao conferir significado e nutre as lutas e resistências que enfrentaram ao longo dos tempos.

Além disso, é frequente ressaltar a relevância atribuída por essas comunidades à transmissão dos saberes para as futuras gerações. Isso engloba tanto a prática cultural do Marabaixo quanto as histórias que permeiam suas origens e antepassados. A perpetuação desses conhecimentos é considerada vital para preservar a riqueza dessa herança e continuar a construção de uma identidade forte e resiliente.

É recorrente nas narrativas das comunidades tradicionais do Marabaixo o discurso da ancestralidade, a ancestralidade refere-se à conexão e influência que os antepassados têm sobre a vida e a identidade de um indivíduo, no caso das comunidades afrodescendentes no Amapá, uma reverência aos primeiros habitantes negros trazidos para as terras Amapaenses, lembrar essas trajetórias de sofrimentos nesta dolorosa travessia, é para eles importante, ao dar significado, é

alimento para as lutas e resistências por eles enfrentados ao longo dos tempos. Com o poder transformador, a ancestralidade se mostra, como nos lembra Katiúscia Ribeiro, (...) enquanto princípio filosófico, é de ordem coronária que possibilita se reconhecer e continuar um legado que nasce a todo tempo e se mantém vivo no pulsar de nossa existência materializada em diversas ações e ora lituras” . Observa-se, no caso do Marabaixo, o quanto é importante para as comunidades, a necessidade de repassar às futuras gerações os saberes, sejam da prática cultural do marabaixo, como das histórias sobre suas origens e seus antepassados. Um teórico importante para mencionar no contexto acima descrito é Stuart Hall, o qual destaco por sua contribuição para o conceito de identidade, do qual defendia que a identidade não é fixa, essencial ou inata, mas sim construída e negociada socialmente. Ele acreditava que a identidade é formada por uma interação complexa entre fatores sociais, históricos e políticos (Hall, 1987). A identidade que hoje os marabaixeiros acolhem, seja no caráter individual ou coletivo, foi fruto de uma interação social e profundamente influenciada pela ancestralidade, mas não só, pode-se dizer que nesse caso, pela trajetória histórica.

A abordagem da afrodescendência é fundamentada na etnia, como discutido por Cunha (2001).

A etnia é trabalhada sob a ótica da história sociológica. A afrodescendência não trabalha as ideias de raça-biológica ou social, e nem com a perspectiva de etnia da antropologia via relações de parentesco. Procura constante ligação entre a base africana, considerando esta diversa e receptível as contribuições externas ao continente africano, as experiências da diáspora, estas condicionadas aos ambientes do escravismo criminoso e do capitalismo racista (Cunha, 2001)

Ao longo dos anos, os marabaixeiros tiveram uma série de desentendimentos com representantes da Igreja Católica, que consideravam a prática do Marabaixo como profana. A visão da Igreja demonizava o Marabaixo e não reconhecia sua conexão com o cristianismo. Esse conflito complexo é explorado no livro “A Água Benta e o Diabo”, de autoria de Fernando Canto. O livro narra esses confrontos e suas repercussões, expondo a história de luta e resistência do Marabaixo, bem como as mudanças nas atitudes dos líderes da Igreja ao longo do tempo. A frase icônica que deu origem ao título do livro reflete a postura que a Igreja sustentou durante um longo período em relação ao Marabaixo:

Folclore é folclore, religião é coisa séria e não podemos misturar as duas coisas. A igreja não é contrária à diversão do povo, mas não se pode misturar água benta com o diabo. (Canto, 1998, p 29)

3 A HISTÓRIA CANTADA

As comunidades que no Amapá mantêm a tradição do marabaixo, frequentemente trazem referências a uma ancestralidade que está muito vinculada a ideia de lugar, é possível notar que algumas composições de ladrão mencionam o lugar que outrora fora dos antepassados dos afroamapaenses, e o lugar em que hoje as comunidades vivem.

Esta relação de lugar com a memória originalmente difundida pelo antropólogo Maurice Halbswachs em 1920, e apontada por Peter Burke em seu livro variedades da história cultural, onde indica que “em determinadas circunstâncias um grupo social e parte de suas memórias, às vezes resistem a destruição de sua casa”, que nesse sentido carrega o significado de lugar de origem, exemplifica um fenômeno que observo com a comunidade afrodescendente do marabaixo no Amapá. Na medida que ao longo da história, tais comunidades apresentam em relatos, de “ladrão” ou entrevistas, uma resistência profunda em esquecer o episódio da diáspora de seus antepassados, constantemente referenciando o acontecimentos como a escravidão e a travessia na tradição da sua cultura, determinando assim o não pode ser jamais esquecido.

Para melhor exemplificar o movimento de contar sua história através das composições, será abordado neste capítulo a maneira como os detentores do marabaixo contam a história de seu povo: através dos ladrões.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), os ladrões do Marabaixo “são compreendidos como textos poéticos elaborados de improviso” nas rodas de Marabaixo. Esta descrição refere-se às origens das composições, que eram criadas, primeiramente, através da oralidade, para em um segundo momento serem registradas na escrita. Os ladronistas que não sabiam escrever, delegavam essa função aos seus filhos e netos.

No documentário “Ladrões de Marabaixo” a detentora Laura do Marabaixo, descreve um pouco sobre como ocorria esse processo: “Ladrão do marabaixo por quê? Porque você rouba a cena, você rouba o acontecido e transforma

em canções. O interessante ressaltar isso é que eles não sabiam nem ler nem escrever, e eles faziam essas composições. “Os ladrões” de marabaixo serviam como uma espécie de meio de comunicação dentro da cidade” (Canal Futura, 2015).

O termo “roubar a cena,” como mencionado, não se limita apenas a descrever um evento do cotidiano envolvendo ladrões, mas também é aplicado no contexto do “desafio do ladrão,” no qual os ladronistas se desafiavam por meio de duelos de rimas.

“São versos improvisados feitos na roda de Marabaixo onde um ladronista desafia o outro nas rimas intencionais de sátira, gozação ou até mesmo desavença que possam ter. Essas mágoas são resolvidas dentro da roda de Marabaixo. Compreendemos como um tipo de batalha de rima que nos lembra o que temos no hip-hop.” (Ladrões de marabaixo: narrativas cantadas na amazônia, 1998).

Segundo os detentores, ao longo do tempo, tanto os ladrões quanto as rodas de marabaixo passaram por transformações significativas. Entre essas mudanças, destaca-se que, em sua maioria, os ladrões costumam ser compostos por escrito antes de serem cantados. Além disso, houve uma evolução no desafio do ladrão, que deixou de existir para evitar conflitos na comunidade.

A maioria das letras poeticamente elaboradas dos ladrões de marabaixo faz referência à ancestralidade do povo afro-amapaense, relembrando a diáspora. Destaca-se duas composições, em particular, que retratam um período histórico significativo para os negros no Amapá: o primeiro ladrão, intitulado “Marrocos,” de autoria de Josué da Conceição e Manoel Duarte, e o segundo, “Aonde tu vai, rapaz?,” criado por Raimundo Ladislau.

Marrocos

Vinhemos lá de Marrocos
Para uma vila habitar
Revivendo nossa história num cantinho do Amapá
Sopra o vento africano
O navio sai pro outro lado
Em seus porões desumanos
Vêm nossos antepassados
Saímos lá da mãe África
Com destino a Belém
Deixando nossas famílias e nossos amigos também
Sofrendo muitos maltrato
E todo tipo de agravo
Desembarcam em Mazagão com condição de escravo

Negro valente guerreiro
Ao chegar neste lugar
Arregaçam as mangas e se puseram a trabalhar
Terra abençoada em terra
Tudo que se planta dá
Com milho, arroz e feijão
Abasteceram o meu Pará
Mesmo longe da mãe África
Humilhado e sem amor
O negro trocou sua casa
E sua história contou
Fui escravo e sou liberto
Vou pra cima e vou pra baixo pra comemorar
Hoje canto Marabaixo
(Canção de Marabaixo de autoria do Sr. Josué apud Almeida, 2011, p. 65)

O momento acima descrito, faz referência a transferência das famílias vinda do Marrocos para o estado do Amapá, em uma espécie de transposição de uma cidade para outra, que aconteceu no século XVIII, em que fugindo da guerra entre mouros e cristãos, os colonos e negros escravizados, vieram para o estado e se estabeleceram na cidade que deram o nome de Nova Mazagão (Sampaio, 2022).

O segundo ladrão é uma das canções mais celebradas na cultura do Marabaixo e foi regravado por Luiz Gonzaga. Escrito por Raimundo Ladislau, ele aborda um período histórico de profundo impacto na vida da população afro-amapaense, especialmente os moradores da capital. Este período iniciou-se em 1943, quando o Amapá se tornou território federal, e se caracterizou por mudanças políticas e urbanísticas. O então governador do estado, Janary Nunes, iniciou um projeto de reforma urbana (1943-1955), fundamentado no discurso de “modernização” da cidade.

Durante esse período, uma série de medidas higienistas foram tomadas em nome da pretendida modernização. Como parte desse esforço para “embelezar a cidade”, o governador ordenou a remoção das populações afrodescendentes que haviam se estabelecido na foz do rio Amazonas, onde se instalaram após a conclusão da construção da fortaleza de São José de Macapá em 1771.

O ladrão, por sua vez, conta a história desse acontecimento da seguinte forma:

Aonde tu vai rapaz?
Por esses campos sozinho
Vou construir minha morada
La nos campos do Laguinho

Quando vim da minha casa
Me perguntou como passou
Rapaz eu não tenho casa
Tu me dá um armador

Destelhei a minha casa
Com a intenção de retelhar
Mas a Santa Engrácia não fica
Como a gente pode ficar?

Estava na minha casa
Conversando com a companheira
Não tenho pena da terra
Só tenho do meu coqueiro

Largo de São João
Já não tem nome de santo
Hoje é reconhecido
Por Barão do Rio Branco

A Avenida Getúlio Vargas
Tá ficando que é um primor
Essas casas foram feitas
Pra só morar os dotô

Dia primeiro de junho
Eu não respeito o senhor
Eu saio gritando viva
Para o nosso governador

(PEREIRA, 1951, p.96. apud INRC Marabaixo. IPHAN, 2013):

O ladrão, considerado o mais popular na cultura do Marabaixo, retratou uma época e um sentimento que representaram a experiência individual de seu autor e também de uma comunidade. O ladrão "Aonde tu vai rapaz" é uma resposta, que foi dada a essa política que os afetou diretamente e contrapõe o discurso oficial, da história da cidade, que vislumbra o período Janarista, como um marco de modernização e avanços para a capital Amapaense.

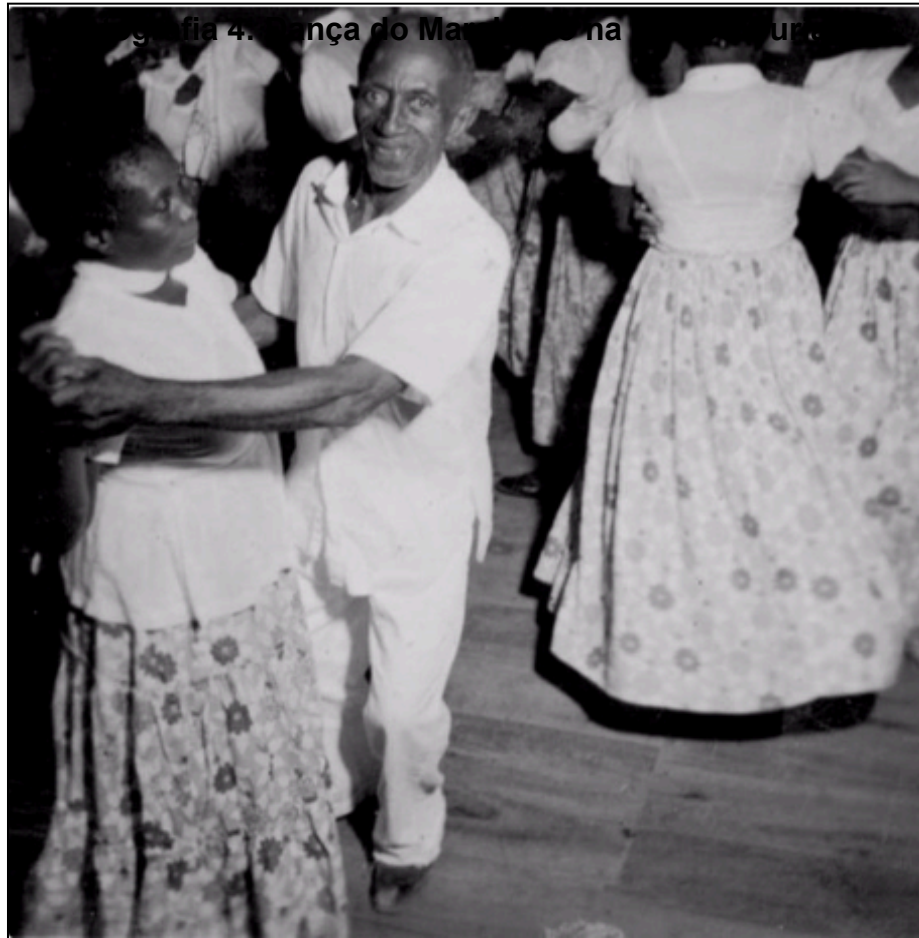
Na fotografia abaixo, encontram-se Raimundo Ladislau e Julião Ramos, autores do "Aonde tu vai rapaz?" tocando a caixa, instrumento fundamental na manifestação, no centro da cidade de Macapá, onde viviam antes da remoção. A foto é datada do período Janarista.

Fotografia 3: Raimundo Ladislau e Julião Ramos



Fonte: IBGE (1948)

Na fotografia seguinte, os praticantes não identificados dançam Marabaixo na Vila do Curiaú, onde foram parte das famílias retiradas do centro da cidade, onde já existia um quilombo e vivem, hoje, cerca de 489 famílias.



Fonte: IBGE (1952)

Fotografia 5: Macapá 1908 - Centro da cidade ao fundo a fortaleza de São José



Fonte: Harife Viégas (2019)

Fotografia 6: Mulheres Quilombolas no Curiaú



Fonte: Maria Fernanda Ribeiro (2017)

4 O PATRIMÔNIO IMATERIAL NO BRASIL E O RECONHECIMENTO DO MARABAIXO

A história do Marabaixo teve como um dos marcos históricos, o recente reconhecimento como patrimônio cultural imaterial (PCI) ocorrido em 2018. Este reconhecimento significou para as comunidades praticantes, diante de comunidades externas, uma ferramenta de luta por melhores condições para exercerem suas práticas. Mas, afinal de contas, o que é patrimônio cultural imaterial? E quais fluxos que compõem esse processo de reconhecimento de patrimônio cultural imaterial no Brasil? São essas perguntas que pretendo responder neste capítulo, a partir do livro: “Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais, organizado pela UNESCO e pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, além de abordar como ocorreu particularmente o tombamento do Marabaixo como PCI.

Em 2000, sob o registro n.º 3.551, foi instituído no Brasil o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que teve como objetivo se alinhar às práticas

culturais, expressões artísticas, saberes, festas, entre outros, buscando assim, uma melhor relação entre políticas de patrimônio e problemas sociais evidentes no Brasil, Cavalcanti (2008). A necessidade de políticas voltadas ao patrimônio brasileiro, não somente o imaterial, nasceram da observância do cenário nacional marcado pela multiculturalidade, esta que foi fundamental para a consolidação e implementação do tema sobre culturas e manifestações populares presentes no território nacional, na constituição de 1988, onde se lê que “o estado protegerá as manifestações das culturas populares e indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório” (2003, apud Cavalcanti, 2008).

Elaboradas em 2003 pela UNESCO, as políticas relacionadas a PCI são recentes, e acompanham uma série de mudanças no âmbito global, acentuadas por transformações relacionadas à “desigualdade econômica e da intolerância étnico-religiosa”, tal como apresenta Defourny (2008). Os antecedentes históricos sobre uma implementação de políticas de patrimônio no Brasil, deram início em 1922 com a Semana de Arte Moderna, onde nasceu o movimento modernista que reivindicava um olhar para o valor cultural do Brasil em sua diversidade, desde então diversas ações foram tomadas para dar corpo ao que hoje constitui a noção de patrimônio cultural no Brasil, tais como a criação do SPHAN (SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL em 1937, e como fruto mais recente desta trajetória de ações, a criação do CRESPIAL (Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da América Latina) em 2006 que tem sede no Peru.

O conceito de patrimônio cultural imaterial tem em vista contemplar expressões dos mais diversos grupos e camadas sociais, embora tenha como premissa dar protagonismo a práticas culturais não contempladas por grandes circuitos culturais, e assim dar visibilidade à pluralidade cultural do Brasil, sendo, portanto, um instrumento de construção da identidade nacional, na medida que serve como “referência de memória e de identidade que o país produz para si em diálogo com as demais nações” segundo Cavalcanti (2008). Nota-se, no próprio conceito de PCI, a busca por maior representatividade do Brasil diverso e multicultural, que deu visibilidade a práticas, celebrações, e saberes, que não possuíam atenção do patrimônio histórico e artístico nacional (SPHAN). Conforme a UNESCO, a definição de patrimônio cultural imaterial se apresenta da seguinte forma:

[As] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (Unesco 2003,apud Cavalcanti,2008)

Atualmente, as políticas de patrimônio no Brasil tem como objetivos centrais, realizar o registro do bem, que consiste na identificação e documentação do bem cultural, no qual o IPHAN descreve como “produção de conhecimento sobre o bem cultural”, deixando claro suas características centrais e especificidades, considerando as variadas formas de patrimônios imateriais passíveis de serem registradas, tais como:

- 1) Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades.
- 2) Formas de expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas.
- 3) Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social.
- 4) Lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas. (Unesco 2003,apud Cavalcanti,2008)

Sobre os registros, as propostas para o bem ser registrado são realizadas pelas próprias comunidades à qual o bem cultural pertence, ou seja, é esperado que tais comunidades se articulem, para solicitar o registro do bem com o patrimônio, não sendo possível tais reivindicações partirem de agentes externos, conforme veremos mais à frente, no caso do Marabaixo. Após a solicitação de registro, que necessita passar por uma aprovação a qual será avaliado ser procedente ou não, conforme critérios como o acima mencionado, é elaborado um dossiê com as informações, dados e documentos, ou seja, um compilado de informações sobre o bem e para isso conta com uma equipe composta por membros do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), membros da divisão técnica, tais

como a equipe técnica da elaboração do dossiê, equipe de pesquisa do Inventário nacional de referências culturais (INRC).

O outro procedimento, que faz parte do processo para que um patrimônio cultural imaterial seja reconhecido, é o do inventário nacional de referências culturais (INRC), cujo objetivo é sistematizar as representações que compõe a identidade, tais como objetos, lugares e práticas que fazem parte de determinado bem cultural e do qual lhes são atribuídos significados. O procedimento do INRC envolve três etapas: o levantamento preliminar, onde é feito um levantamento dos dados existentes sobre o bem até aquele momento; a identificação, onde é feita uma investigação das referências e também a classificação das mesmas; a documentação onde é produzido estudo etnográfico, e documentado os registros coletados nos procedimentos anteriores mencionados.

O programa nacional de patrimônio imaterial (PNPI), por sua vez, consiste em um plano que visa investimento para as políticas de salvaguarda do patrimônio e realiza parcerias, cujo objetivo é promover a preservação dos bens culturais. O programa tem como meta:

- 1- implementar política de inventário, registro e salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial;
 - 2- contribuir para a preservação da diversidade étnica e cultural do país e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os segmentos da sociedade;
 - 3- captar recursos e promover a constituição de uma rede de parceiros com vistas à preservação, valorização e ampliação dos bens que compõem o patrimônio cultural brasileiro;
 - 4- incentivar e apoiar iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade.
- (Unesco 2003, apud CAVALCANTI, 2008, p 23)

E, por fim, a última política voltada para patrimônio cultural imaterial é a criação dos planos de salvaguarda, que são iniciativas que proporcionam a preservação dos bens culturais, na medida que criam estratégias baseadas nos conhecimentos obtidos sobre o bem nas etapas de registro e inventário, focando em sua sobrevivência por meio de ações variadas.

Os trâmites de execução das práticas de patrimônio cultural no Brasil, conforme foi descrito acima, envolvem uma participação ativa de ordem pública na medida que tais políticas são fruto de estudo e implementações articuladas pela nação em busca de novas referências de identidade e memória nacionais (Guillen,

Grillo 2012), A participação das comunidades atingidas pelas políticas ocorrem na medida que se articulam para solicitar o registro de suas práticas como patrimônio imaterial, e buscam, sobretudo, serem assistidas com investimento na preservação se suas práticas e saberes.

Sobre o processo de patrimonialização do Marabaixo:

Conforme o parecer técnico n.º 31/2018/COREG/CGIR/DPI, que aborda o desfecho da instrução técnica do processo, a solicitação de reconhecimento do Marabaixo como patrimônio cultural foi inicialmente apresentada pela Superintendência do Iphan no Amapá, após diálogos com a comunidade do Marabaixo. O pedido foi encaminhado à Presidência do Iphan em 15 de junho de 2016, acompanhado das declarações de anuência contendo as assinaturas de 294 praticantes. No entanto, é ressaltado no texto que outras tentativas de registro do Marabaixo como patrimônio cultural já ocorreram. As primeiras foram em 2008, propostas por dois deputados do Amapá. A terceira tentativa, realizada em 2009, partiu do Rio de Janeiro, pelo Instituto Cultura Brasileira. No entanto, esse último esforço não contou com a anuência dos praticantes, indo ao encontro do princípio da política federal de patrimônio imaterial, e resultando no arquivamento do pedido em 2011.

Nos anos seguintes, devido às tentativas de registro do Marabaixo como patrimônio cultural imaterial, iniciadas pela Superintendência do Iphan no Amapá, a trajetória desse registro ganhou um novo capítulo. Durante esse período, houve um esforço para estabelecer contato com os detentores do bem, visando compreender o interesse da comunidade no registro. Essa fase é detalhada no parecer, que menciona: “Em seguida à aproximação e sondagem da comunidade, a Superintendência, junto aos esforços empreendidos pela Coordenação-Geral de Identificação e Registro do Departamento do Patrimônio Imaterial-DPI, contratou a empresa Estilo Nacional, sediada em Belo Horizonte, para realizar o Inventário Nacional de Referências Culturais do Marabaixo, com objetivo de identificar e delimitar o bem cultural.”

A pesquisa desempenhou um papel fundamental no mapeamento da manifestação cultural em todo o estado, revelando um número notável de 14 grupos praticantes e 27 comunidades envolvidas na prática do Marabaixo. Além disso, essa

investigação gerou diversos materiais, conforme detalhado no parecer, que incluem fotografias, entrevistas, registros fotográficos das festividades, fichas de identificação abordando as áreas de Celebrações, Edificações, Formas de Expressão, Lugares, Ofícios e Modos de Fazer. Como parte desse esforço, também foi produzido um documentário sobre essa manifestação cultural.

Conforme o processo avançou e os esclarecimentos necessários foram obtidos, deu-se início à formação de um “comitê gestor”, composto por representantes de algumas das doze associações visitadas. O propósito desse comitê era compreender as demandas e dificuldades enfrentadas pelas comunidades na preservação e salvaguarda da manifestação cultural. Nessa etapa, as comunidades envolvidas com o Marabaixo passaram a desempenhar um papel mais ativo, algo que anteriormente estava sendo intermediado pelo Iphan. Após colaborativamente elaborar o texto para o registro, o comitê decidiu que o Iphan representaria formalmente as comunidades no pedido de registro. Sob o título “Marabaixo: História e Elementos Formadores do Povo Amapaense,” deu-se início oficial aos procedimentos para o registro. Em 2018, após dois anos desde o início do processo, o Marabaixo foi oficialmente reconhecido como patrimônio cultural imaterial, com as considerações a seguir:

“Por sua relevância nacional, na medida em que traz elementos essenciais para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira; Por constituir uma forma de expressão que reúne referências culturais vivenciadas e atualizadas pelas comunidades do Amapá; Por ser esta manifestação cultural um elemento fundamental para a construção e afirmação da identidade cultural negra brasileira, dado os elementos que agrega e que legitimam suas práticas cotidianas; Pelo profundo enraizamento dessa manifestação cultural no universo recreativo e religioso dos grupos acima referidos; E por tudo mais que está demonstrado neste processo, somos favoráveis à inscrição do Marabaixo no Livro de Registro das Formas de Expressão, como Patrimônio Cultural do Brasil.”
(Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2018)

Fotografia 7: Marabaixeiros comemorando na fortaleza de são José



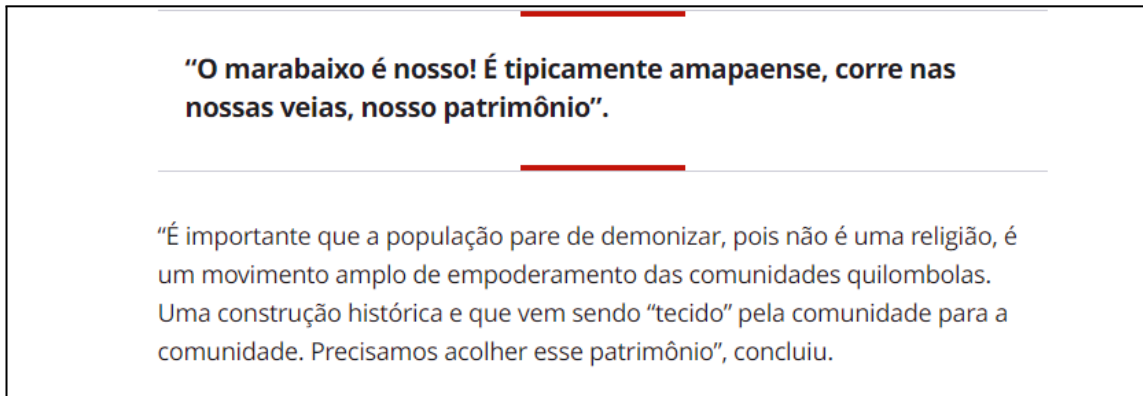
Fonte: Rede Amazônica (2018)

5 O MARABAIXO NO TEMPO PRESENTE, NOTÍCIAS NOS MEIOS DIGITAIS

No documentário *Ladrões do Marabaixo*, já mencionado nesta pesquisa, é possível observar uma preocupação presente nos entrevistados: a de que sua tradição pereça com o tempo. Em outras entrevistas, é possível notar também os anseios de seus praticantes: o desejo de ver sua cultura respeitada pelas demais comunidades, e pelos líderes religiosos que já foram críticos à manifestação cultural no passado, e ainda hoje repercutem o preconceito com a prática. Ao longo de um século de existência, o Marabaixo passou por inúmeras transformações, adaptações e superou diversos obstáculos para manter sua tradição cultural. Este breve capítulo tem em vista responder a dois questionamentos: em primeiro lugar, como as temáticas relacionadas ao patrimônio, como “perda, memória e identidade”, são evidentes nas notícias e entrevistas veiculadas nos meios digitais. Em segundo lugar, planeja explorar o que os representantes entrevistados têm a dizer, quais são suas preocupações e reivindicações. Neste capítulo, analisaremos as informações

divulgadas pela mídia digital acerca do Marabaixo após o processo de reconhecimento como patrimônio imaterial.

Figura 2 - Trecho da matéria sobre o dia do marabaixo com a pesquisadora Célia Souza



Fonte: Célia Souza (2023)

Em 31 de outubro de 2018, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) divulgou em seu site a notícia do reconhecimento do Marabaixo como patrimônio cultural do Brasil. As informações apresentadas inicialmente têm um caráter informativo, descrevendo as características do Marabaixo, e a notícia é enriquecida com imagens ilustrativas desse patrimônio cultural. Para concluir a matéria jornalística, são feitas as seguintes considerações:

“O Registro do Marabaixo como Patrimônio Cultural do Brasil é relevante por um lado, pelo reconhecimento da presença das ancestralidades africanas na formação social e cultural do Amapá e da Amazônia como um todo. Por outro, representa uma política federal de reconhecimento e valorização do bem, além da possibilidade de implementação de ações que procure assegurar as condições de transmissão e reprodução dessa manifestação cultural. Pode-se, assim, ampliar as iniciativas de fortalecimento e divulgação dessa forma de expressão, dando maior visibilidade aos detentores, àqueles os quais a vida cotidiana é indissociável do Marabaixo.” (Iphan, 2018).

Neste trecho, percebemos o argumento que sustenta o registro do bem pelo IPHAN: “é relevante, por um lado, pelo reconhecimento da presença das ancestralidades africanas na formação social e cultural do Amapá e da Amazônia na totalidade”. O que se destaca aqui é a intenção de tornar evidente um dos aspectos sociais que moldaram a formação da Amazônia como um espaço cultural. Trata-se de

um discurso institucional que enfatiza a missão social do IPHAN como um órgão fundamental para lançar luz sobre as identidades presentes em todo o território nacional (Gonçalves, 2015). Isso inclui a iniciativa de dar visibilidade aos detentores do Marabaixo como uma forma de reconhecimento público por suas práticas culturais. Portanto, a publicação em questão destaca uma missão há muito presente na temática do patrimônio, a de “descobrir” identidades. No entanto, essa ideia de “descoberta” não necessariamente se refere a algo desconhecido, pelo menos não nas comunidades locais, mas sim a uma descoberta ao nível nacional, destacando as diversas formas de cultura que podem ser registradas em todo o país.

No texto jornalístico do portal de notícias G1, intitulado “Dia do Marabaixo: conheça a história de ancestralidade e manifestação cultural no Amapá,” publicado em 16 de junho de 2023, em uma das entrevistas da matéria, a pesquisadora amapaense Célia Souza, que posteriormente se tornou marabaixeira devido a sua pesquisa sobre o tema, compartilha suas perspectivas: “E no Amapá, esta é a nossa maior tradição, ele nos representa, nos constitui como amapaenses e ressalta nossa história”. Em outro momento, ela reivindica: “O Marabaixo é nosso! É tipicamente amapaense, corre em nossas veias, é nosso patrimônio”. As palavras da entrevistada destacam a busca por uma identidade tipicamente amapaense, colocando o Marabaixo no centro dessa identidade cultural. Portanto, a busca pela identidade não é apenas uma questão discutida no contexto do patrimônio pelas instituições, mas também uma preocupação manifestada pelos próprios integrantes do Marabaixo, que relacionam a ideia de patrimônio à busca por identidade. No entanto, essa reivindicação pode ser impulsionada pela existência de hostilidade local, que inúmeras vezes associou o Marabaixo a práticas demoníacas.

“É importante que a população pare de demonizar, pois não é uma religião, é um movimento amplo de empoderamento das comunidades quilombolas. Uma construção histórica, e vem sendo 'tecida' pela comunidade para a comunidade. Precisamos acolher esse patrimônio.” Isso demonstra que, na prática, embora seja comum, de acordo com Gonçalves (2015), a associação do patrimônio com a busca por identidade, as razões por trás disso podem ser internas ou externas.

Em uma matéria publicada no dia 09 de novembro de 2018, no dia em que o Marabaixo foi reconhecido como patrimônio, podemos observar o argumento da identidade presente na divulgação da notícia, como neste trecho: “O conselho considerou que se trata de uma forma de expressão que reúne referências

culturais vivenciadas e atualizadas pelos amapaenses, fundamental para a construção e afirmação da identidade cultural negra brasileira.” Essa narrativa, portanto, não se limita mais aos documentos oficiais do IPHAN, mas também é veiculada em jornais, contribuindo para a consolidação desse discurso nas comunidades locais. A matéria também inclui uma declaração importante para compreender as expectativas dos integrantes do Marabaixo naquele momento:

“A partir desse reconhecimento será elaborado o plano de salvaguarda do marabaixo, que garantirá ações de pequeno, médio e longo prazo para o fortalecimento e perpetuação do marabaixo. Esse plano prevê recursos financeiros também, e envolve o governo federal, municipal, estadual, privado e outros parceiros”. (Danniela Ramos, do Grupo Marabaixo do Laguinho)

Portanto, nota-se que a comunidade ansiava por incentivos governamentais para a continuidade de suas práticas, a pesquisa limita-se a evidenciar os anseios dos marabaixeiros enquanto comunidade, que através da patrimonialização ansiavam por apoio externo, para manutenção da tradição. Não ficou claro nas reportagens recentes, se os planos de salvaguarda e os apoios governamentais surtiram efeito como por eles esperado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ensaio do antropólogo José Reginaldo dos Santos Gonçalves, intitulado “O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição,” são apresentadas reflexões fundamentais quando abordamos a temática do patrimônio. O autor ressalta que o debate sobre os patrimônios não deve se limitar a tarefas de “descobrir, defender e preservar” supostas identidades já existentes. Por conta da colonização, povos originários e povos de matriz africana, tiveram suas referências culturais invisibilizadas, as políticas de patrimônio buscam impulsionar a preservação dessas culturas, embora, muitas das vezes, os grupos já possuam seus próprios mecanismos de preservação. O discurso institucionalizado do patrimônio é muitas vezes utilizado pelas comunidades como um meio de conquistar reconhecimento social e político. No contexto do Marabaixo, podemos observar uma apropriação desse discurso do IPHAN, que se tornou um instrumento para obter apoio e preservar suas práticas, e se apresenta de forma recorrente nas falas e entrevistas do detentores, o que pode ocasionar em uma expectativa levantada, que não se sabe,

na grande maioria ser atendida ou não, dada a quantidade de patrimônios materiais e imateriais atualmente reconhecidos. Se faz necessário refletir, se os reconhecimentos geram o real impacto que originalmente deveriam causar, ou seja, trazendo mudanças reais para as comunidades. Por outro lado, não se pode negar que o reconhecimento de práticas e saberes como patrimônio, dá força às comunidades para enfrentar episódios de preconceitos destinados às suas práticas culturais.

Francois Hartog reflete sobre a expansão do termo “patrimônio” e seus usos no mundo contemporâneo, considerando isso um sintoma de uma crise nas formas como experimentamos as relações entre passado, presente e futuro. Sobre a temática do tempo, Hartog afirma tê-la encontrado no “presente”, este já não mais tão presente assim, constantemente após 1989, e a descreve como uma “obsessão”. Essa “obsessão”, pode ser observada no universo do Marabaixo na medida que a preocupação com a perda das tradições, trazem à tona uma evidente preocupação dos praticantes com o esquecimento, e o desaparecimento de uma tradição a muito tempo estabelecida pelos detentores. O medo pelo esquecimento demonstra uma intensa relação com o tempo que os marabaixeiros possuem, e impulsiona profundamente a manutenção desta tradição cultural. Moldando assim, uma constante relação entre o passado e o presente. No entanto, é possível observar que essa preocupação com a memória, e por consequência com a temática do tempo analisada por Hartog, se tratando do Marabaixo, se caracteriza no medo de uma destruição não unicamente por agentes externos, mas sim na preservação da tradição diante da passagem natural do tempo e do envelhecimento e morte de seus praticantes.

O documentário “Percurso de Tradição: Dança do Marabaixo” nos oferece relatos que ilustram essa preocupação com a continuidade da tradição. Praticantes expressam o desejo de que as gerações mais jovens se envolvam e aprendam, garantindo a continuidade do Marabaixo. Em uma *live* feita no ano de 2021, durante a pandemia, Piedade Videira, relata que “os mais jovens ficam no canto espiando”, sem se integrar no processo que os mais velhos buscam incansavelmente preservar. Os desafios de transição, de ensinar essa tradição aos mais jovens para dar continuidade ao Marabaixo, tem a preocupação de não apenas reproduzir o passado, mas sim criar novas gerações de ladrões e cantadores conforme os ensinamentos transmitidos, honrando assim a memória de seus antepassados.

No presente, à medida que os praticantes mais antigos falecem, seus descendentes sentem a responsabilidade de continuar o legado, honrando seus entes queridos e preservando a tradição. Isso reflete uma sensação de “perda” ligada à inevitabilidade da morte. No caso do Marabaixo, essa relação com o tempo está associada à preocupação com a memória e à busca pela eternização de suas práticas e das pessoas que deram vida ao Marabaixo. O medo do esquecimento é um motivador que impulsiona o esforço coletivo pela preservação da memória dentro desta tradição. Esta preocupação é possível ser observada nas raras entrevistas encontradas nos meios digitais para esta pesquisa.

O Marabaixo é uma prática que existe em meio à coexistência de diferentes detentores ao longo do tempo, atravessando mudanças geracionais e inspirações variadas. Essa constante transformação e renovação fazem parte da essência do Marabaixo, e, embora haja a preocupação com a perda e a destruição, o ciclo de renovação é parte integrante dessa tradição. O Marabaixo se adapta e evolui, mantendo-se vivo e relevante para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CANTO, F. **O Marabaixo de 1898**. **Blog Canto da Amazônia**. Disponível em: <http://fernando-canto.blogspot.com.br/2009/07/o-marabaixo-de-1898.html>. Acesso em: 24 abr. 2023.

CANTUÁRIO, Victor. **Marabaixo: Patrimônio Cultural Imaterial do Amapá**. Revista de História e Estudos Culturais, Amapá, v.17 n.1 p. 1-15, junho de 2020.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio Imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CUNHA JR, Henrique. **Africanidade, Afrodescendência e Educação**. Fortaleza-CE: Revista Educação em Debate. Ano 23, v.2, número 42, pp 5-15, 2001.

DA COSTA, Célia Souza; RITA, Maria LS. Educação museal: os casos das Louceiras do Maruanum (Amapá-Brasil) e das nações Autochtones (Québec-Canadá). **História, Arqueologia e Educação Museal Patrimônio e Memórias**, p. 247.

DINIZ, Yara. **Expressão cultural amapaense, o Marabaixo, é reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil**. Iphan, Brasília, 31 de outubro de 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4886>. Acesso em: 09, out 2022.

FERREIRA, Camila Karina. **Dia do Marabaixo: conheça história de ancestralidade e manifestação cultural no Amapá**. G1 AP-MACAPÁ, Macapá, 16, de junho de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2023/06/16/dia-do-marabaixo-ancestralidade-e-manifestacao-cultural.ghtml>. Acesso em: 18 de fev 2024

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 28, p. 211-228, 2015.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: Presentismo e experiências do tempo**. 1a edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HENRIQUE, M. S. E.; VANDERLEI, K. S. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê de registro: Marabaixo**. Brasília/DF, agosto, 2018. Brasília: IPHAN. Marabaixo, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DOSSIE_MARABAIXO.pdf Acesso em 20 ago. 2023

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RIBEIRO, Maria Fernanda. **Vila do Curiaú guarda a memória da história dos quilombolas, no Amapá**. Amazônia Real, Manaus, 13, de setembro de 2017. Disponível em:

<https://amazoniareal.com.br/vila-do-curiau-guarda-a-memoria-da-historia-dos-quilombolas-no-amapa/>. Acesso em: 27 de fev 2024

SAMPAIO, Drieli Leide Silva; SOUSA, Fabiana Almeida. Subjetividade e Identidade nos Ladrões do Marabaixo: Contribuições para Escolarização dos Afrosaberes Amapaenses. In: GRAZIOLI, Fabiano Tadeu (org.). **A Senda nos Estudos da Língua Portuguesa**. Ponta grossa-PR: Atenas, 2019

TORRINHA, Rita. **Marabaixo é reconhecido como patrimônio cultural imaterial do Brasil**. G1 AP-MACAPÁ, Macapá, 09, de novembro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2018/11/09/marabaixo-e-reconhecido-como-patrimonio-cultural-imaterial-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 22 de fev 2024

TOSTE, José; WEISER, Alice. **MACAPÁ: A CIDADE MODERNISTA DO PERÍODO JANARISTA DE 1943 A 1955**. Disponível em: www.academia.edu/33646681/MACAP%C3%81_A_CIDADE_MODERNISTA_DO_PER%C3%8DODO_JANARISTA_DE_1943_A_1955 Acesso em: 17 out. 2023.

SESC, SÃO PAULO. **Percursos da Tradição** – Dança do Marabaixo, 7 ago. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Wmud0XEgN4s&ab_channel=SescS%C3%A3oPaulo Acesso em 03 dez.2022

RÉGIA. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/regia-2/>. Acesso em: 20/04/2024.

LADRÕES DE MARABAIXO. Direção: Bel Bechara e Sandro Serpa. Produção: Bel Bechara e Sandro Serpa. Canal Futura. 16 de setembro de 2015. Duração: 15:11. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xxhu6RIwmcw&ab_channel=SaladeNot%C3%ADcias Acesso em: 09 de ago, 2021